

BARRAS DE OURO DAS CASAS DE MOEDA DO BRASIL

POR KURT PROBER.

Sob este título, o ilustre numismatógrafo Pedro Batalha Reis reproduz, na Estampa R.5 de sua magnífica *Cartilha de Numismática Portuguesa*, várias barras de ouro do numerário colonial brasileiro, e uma das respectivas guias.

Infelizmente, porém, o autor que tão galhardamente combate as falsificações de moedas portuguesas, foi de uma má sorte extraordinária ao comentar determinadas peças brasileiras, e, com tantas peças autênticas para reproduzir, teve a desventura de ilustrar o seu livro justamente com peças «genuinamente falsificadas», como já demonstrei à sociedade em vários trabalhos publicados aqui no Brasil.

Só de passagem quero aqui citar a contramarca CUIABÁ 960 C, reproduzida na Estampa R.4, que foi falsificada provàvelmente por volta do ano de 1924/5 na Argentina, e cujo cunho classifiquei como sendo o tipo FP2, à pág. 58, onde é até reproduzido, no meu livro *Carimbos de Mato Grosso e Cuyaba*, publicado em 1949.

Entretanto, já muito mais sério é o caso das barras de ouro, reproduzidas na Estampa R.5, pois de entre 3 ilustradas duas são falsas, facto este que é profundamente lastimável, em face da grande divulgação que a *Cartilha* certamente terá. Sendo o autor de competência indiscutível, muitos coleccionadores, na boa fé, naturalmente passarão a comprar «gato por lebre», pois, vendo estas falsificações reproduzidas em obra de tal envergadura, não hesitarão em adquirir «falsificações idênticas» que pelo Brasil existem em grande profusão e que, não mais encontrando compradores aqui, estão agora sendo exportadas para o estrangeiro.

Únicamente movido pelo desejo de evitar que isto aconteça, resolvi fazer este pequeno comentário para reparar tão grave erro na obra de valor indiscutível que é a *Cartilha*, e console-se o autor, que se eu fosse escrever sobre moedas portuguesas poderia talvez cometer gafes piores.

Mas vamos ao histórico das barras falsificadas.

Entre os anos de 1923 a 1933 houve em São Paulo, aqui no Brasil, uma verdadeira quadrilha de intrujões, composta de um gravador de descendência italiana, um marchante (açougueiro), que fazia parte da directoria de uma Associação Numismática, um ourives, e diversos testas de ferro, que além de moedas de ouro (pintos mineiros, etc.), resolveu também fabricar barras de ouro do tempo colonial e do primeiro reinado, com elas iludindo os incautos.

A polícia, posta no encalço dos falsificadores, pôde prender o gravador, e o respectivo processo foi aberto pelas autoridades, mas nos arrolamentos foram envolvidas pessoas de tal destaque, que o Dr. A. S. O., primo do governador do Estado de S. Paulo, conseguiu fosse solto o gravador, e arquivado o processo, o qual depois chegou mesmo a sumir juntamente com as moedas apreendidas, os cunhos, etc., etc..

Por sinal já publiquei esta história minuciosamente em meu livro *Moedas falsas e falsificadas do Brasil*, impresso em 1946, a pág. 65.

Não havia naquela época estudo algum especializado sobre barras de ouro, de modo que a venda das falsificações não oferecia a menor dificuldade, e tão animados ficaram os falsificadores «ANGustiosos...», que chegaram a procurar um distribuidor para os seus produtos no Rio de Janeiro, chegando mesmo a oferecer a representação ao conhecido antiquário Francisco Marques dos Santos que, desconfiando da matroca, recusou o convite, pois achou que como negociante honesto não podia emiscuir-se em negócios tão escuros, resultando daí que a representação passou às mãos de um comerciante de moedas, que deste modo inconscientemente serviu de introdutor.

E assim o mercado nacional se foi enchendo de barras falsas, que foram sendo incluídas em quase todas as grandes colecções existentes na ocasião.

Estavam as coisas neste pé, quando em 1940 (Setembro) publiquei um trabalho minucioso sobre barras de ouro *Circulação de ouro em pó e em barras no Brasil*, na Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, vol. 6.º, n.ºs 16-17. Já então havia classificado várias barras como sendo falsas; entretanto, só mais tarde, em 1944, publiquei um trabalho especializado sobre *Barras falsas*, sob o título *Defesas monetárias*, a pág. 34 da

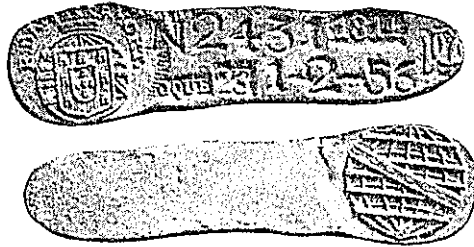
Revista *Numismática* de São Paulo, e finalmente em 1950 publiquei novos dados mais detalhados na Revista *Baía Numismática*, vol. I, pág. 5, num trabalho *Fundição do ouro de Sabará*.

Quis adiantar estas indicações para deixar patente que não estou querendo simplesmente retalhar trabalho alheio, mas antes que tenho noção perfeita do que estou dizendo.

Assim, vamos classificar as duas barras falsas reproduzidas na *Cartilha de Numismática*:

N.º 2.431 — 1814 — Rio das Mortes

Peso: 1.2.56 Título: 23.—.—. Ensaaiador: V. C. R.



Esta barra havia sido reproduzida em 1932 no *Catálogo Único*, pág. 30 — 1.ª edição; entretanto, «tendo saído bastante imperfeito o dito catálogo», em circular de 28-9-1932 resolveram os autores substituir gratuitamente aquela edição por outra nova, e já na nova edição a ilustração da barra falsa foi substituída por outra legítima.

Nunca consegui averiguar a quem a barra havia pertencido, e nem onde agora se encontra.

Quanto à prova de sua falsidade é sumamente fácil, e pode ser resumida nos pontos seguintes:

1.º — As Armas do Reino Unido só foram INVENTADAS por D. JOÃO VI em Maio de 1818, e muito embora já houvesse quem na boa fé quisesse provar o contrário, contra factos não há argumentos, e: — em 1817 a Fundição do *Rio das Mortes* ainda usava o cunho de escudo oval («inventado» em 1809), similar ao dos Carimbos de Minas, como bem prova a Barra n.º 424 de 1817 e a de n.º 41 do mesmo ano, ambas reproduzidas a págs. 131-132 da Revista *Numismática* de S. Paulo

—1940-1941 num trabalho meu sobre as barras da antiga colecção Guilherme Guinle.

2.º—O ensaiador VCR (1) e que seria VERIDIANO DA COSTA RANGEL, pertencia à Fundição de Vila Rica, onde trabalhou até o ano de 1811, pois já em 1812 surge nas barras dessa Fundição um novo monograma:—A. D. S., que não sabemos a quem pertence. Ver barras n.º 531 de 1812, n.º 2249 de 1812, n.º 1290 de 1814 e n.º 2135 de 1815, etc..

Como nunca mais se teve notícias de Veridiano da Costa Rangel, salvo nas barras falsificadas, onde também aparece em Sabará e Rio das Mortes, é de presumir que tenha falecido, pois só assim se explica o aparecimento de um sucessor.

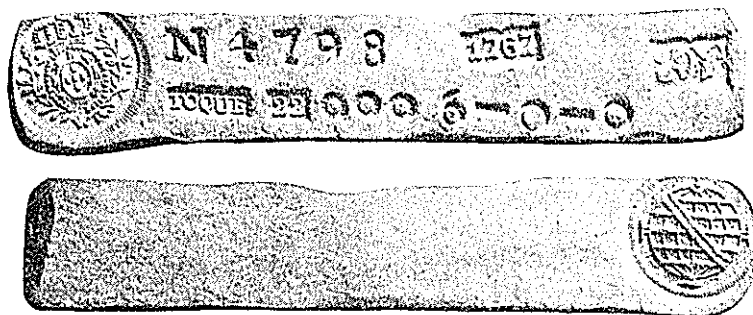
3.º—Desconhecendo o uso correcto dos cunhos, o falsificador aplicou as armas do Reverso (esfera) de cabeça para baixo, o que nunca se verificou numa barra autêntica.

Mas já muito mais interessante é a outra falsificação:—e a sua VIA CRUCIS...

N.º 4.798 — 1767 — Vila Rica — Com guia

Peso: 6.0.0. (Peso redondo para ficar bonito!)

Título:—22.3.—. Ensaiador:—IACP?



Irei aqui contar pela primeira vez a história verdadeira desta barri-
nha tão famosa.

(1) O monograma encontrado nas barras, ao contrário do que afirma Batalha Reis, é das iniciais do 1.º Ensaizador da Casa de Fundição e não do Proprietário da Barra, mesmo porque teria sido impossível fazer um cunho especial para cada portador de ouro

Por volta de 1924 um coleccionador «Pedro de tal...» apresentou-se ao conhecido técnico Dr. Alfredo Solano de Barros com um certificado assinado pelo director substituto do Museu Histórico Nacional, do Rio, atestando a autenticidade desta barra, e pedindo que assinasse também, como técnico de renome que já então era o referido, pelo que receberia a gratificação de 5 contos de réis, pois só com esta assinatura a barra poderia ser vendida ao coleccionador Bento de Carvalho, de Santos (já falecido). O Dr. Solano então ainda não era funcionário do Museu.

Dizia «Pedro de tal...» que a barra em questão era de propriedade do coleccionador «Pardinho...» de S. Paulo, mas como se negou a mostrar a barra para exame, a assinatura do certificado em questão foi recusada.

Aparentemente a barra então ainda não possuía GUIA, pois dela não se fez menção, e mesmo se já existisse, não teria havido necessidade de um «atestado» forjado. E tanto isto é verdade que também o Dr. Álvaro de Salles Oliveira, de S. Paulo, hoje também já falecido, não teve ciência da guia, mandando-me em 1938 apenas o decalque da barra com a anotação do próprio punho: «Estas armas não são de D. José I e sim de D. João Príncipe Regente...» com a classificação de falsificada.

Pois bem; mais tarde, a barra realmente apareceu nas mãos da viúva do aludido coleccionador «Pardinho...», e pelo que se soube, por uma notícia no *O Jornal*, do Rio, de 28-10-1938, foi vendida por 200 Libras esterlinas à Casa SPINKS de Londres, sendo nessa ocasião já acompanhada da Guia.

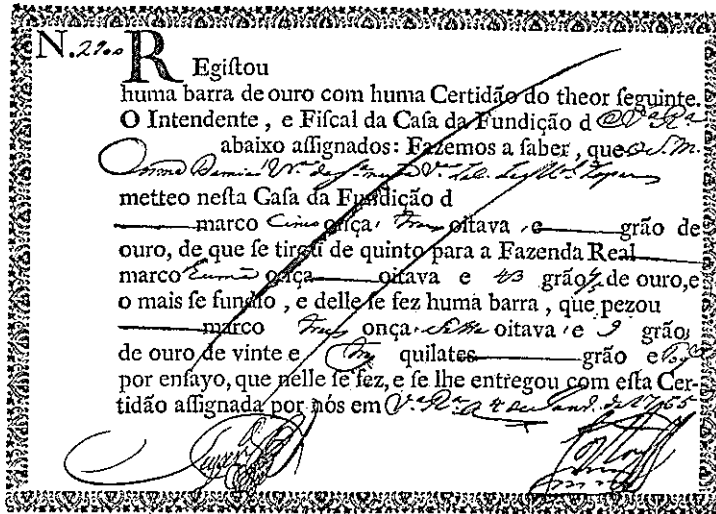
Mas, perguntarão: como foi possível arranjar-se uma «Guia»?

Muito fácil, pelo menos para o Sr. «Pedro de tal...».

Este, sendo grande coleccionador de moedas, e tendo residido durante longos anos no interior do Estado de Minas Gerais, lá conseguiu «arranjar», nunca se soube de onde, várias dezenas de guias «semi-preenchidas» (certamente inutilizadas por terem sido escrituradas erradamente) e algumas mesmo completamente cheias, mas todas elas com os dois riscos atravessados, SINAL DE QUE NÃO TINHAM VALOR, e além disto uma centena de GUIAS EM BRANCO, por encher.

Muitas destas guias foram cedidas a outros coleccionadores, mas a maior parte encontra-se hoje no Museu Histórico Nacional, onde a colecção do Sr. «Pedro» foi vendida depois de mil peripécias.

Eu mesmo possuo um guia destas e para documentá-lo, vai aqui reproduzida para os estudiosos numa redução 2:1.



E não há a menor dúvida que uma destas guias semi-preenchidas foi dada ou vendida pelo «Pedro das Chaves» ao colega «Pardinho», que então pelos outros modelos fez o possível para «arrumar» a guia autêntica para a sua barra falsa, mas por falta de conhecimento esqueceu o seguinte:

- a) Em 1767 a Fundição de Vila Rica não usava o tipo de Guia «METTEO...», e sim o tipo aqui reproduzido «REGISTOU...».
- b) A assinatura do Intendente «TEIXEIRA» foi falsificada com imperfeições, pois é bem diferente da autêntica da guia aqui reproduzida.
- c) Salvo nas guias onde VILA RICA é impresso, o nome da fundição foi sempre abreviado pelo escrivão, sendo sempre o mesmo, V.ª R.ª, em todas as guias e não escrito por extenso como na guia reproduzida por Batalha Reis.
- d) Mas o mais grave é que esqueceram de encher na guia a quantidade do ouro entregue na fundição, o que nunca poderia ter acontecido, pois enquanto a barra era fundida, a guia servia de recibo do ouro para o dono depois de receber a barra.
- e) E finalmente a guia traz os dois traços, sinal de que era exemplar inutilizado, e certamente pertencente ao arquivo, de onde mais tarde foi «destacada»...

Até aqui o que diz respeito à Guia.

Já na barra o pecado foi muito maior. Vejamos:

1.º As armas V. R. são do tipo INVENTADO por volta de 1809 no tempo de D. João Príncipe Regente para os carimbos de Minas, de modo que os «louros» que ladeiam o escudo oval não são de D. José!!!...

2.º O monograma da barra falsa é uma imitação do que foi usado pelo ensaiador da Fundição do *Rio das Mortes* em 1817, e como este artífice não teria sido parente de Mathusalem, não podia ele ter contramarcado a barra em questão de 1767, e outra, por coincidência também falsa do Rio das Mortes de 1832, também com Guia, pois neste caso teria 65 anos de serviço efectivo...

E seria o caso de perguntar, e o cunho NÃO SE GASTOU com tantos anos de uso?

3.º É sumamente curioso que também a Barra falsa de 1832, que hoje se encontra na colecção da viúva do Dr. A. S. O., possui guia falsificada, onde chegaram a descontar o QUINTO (20 ‰), nas contas feitas, quando na ocasião já vigorava a Lei de 26-10-1827 que tinha reduzido o QUINTO apenas para 5 ‰ ou seja a VINTENA.

São estas as pequeninas coisas que o falsificador desconhece e por onde depois se desfia o rosário.

4.º Outra prova irrefutável é que apareceu, também por volta de 1930, outra barra similar: a de n.º 3.110—também de 1767, Peso: 1.3.25.; Título: 23.1.—., que em 1931 se encontrava na colecção do Dr. Joaquim Marra, S. Paulo, uma das maiores vítimas dos falsificadores, pois possuía nada menos do que seis barras falsas na sua colecção, e na sua boa fé ainda induzia outros colegas a comprarem estas falsificações, de que resultou até na colecção do Museu da Curia Metropolitana, de S. Paulo, possamos hoje encontrar uma barra destas, a de n.º 260 de 1918 do Rio das Mortes, e uma até na colecção da Casa da Moeda do Rio, a de n.º 51 de 1830.

Creio que contra factos não há argumentos, de modo que acredito que estes dados sejam suficientes para provar a falsidade das barras em questão.

Convém aqui acrescentar que, desejoso de possuir uma fotografia da guia e da barra, me dirigí à Casa Spink de Londres, a qual me informou desconhecer o paradeiro da barra, dizendo que certamente teria desaparecido durante os bombardeios de Londres, e que infelizmente não podiam atender ao meu pedido (1).

(1) Por sorte consegui depois uma fotografia da barra, tirada aqui no Brasil antes de ser vendida à SPINK.

E para terminar esta pequena apreciação, quero ainda dar um esclarecimento sobre as barras de prata, também citadas por Batalha Reis (1).

Estas barras não foram fundidas para circulação, mas sim por encomenda, pela Casa da Moeda do Rio de Janeiro, conhecendo-se as duas barras seguintes:

N.º 2.409 — 8-4-1875 — Peso: 87,70 grs.; Título: 965,5.

Da colecção do Museu Histórico do Rio.

N.º 1 — 5-3-1889 — Peso: 314 grs.; Título: 907 mill.

O paradeiro actual desta barra é desconhecido, mas eu possuo um decalque.

Trata-se de prata afinada na Casa da Moeda para fins comerciais e nada mais, o que aliás ainda hoje lá pode ser feito, mediante pagamento das taxas previstas.

Peço, portanto, ao Sr. Dr. Batalha Reis muitas desculpas, se, por força de circunstâncias, fui obrigado a comentar este trecho de sua grandiosa obra, mas estou certo que reconhecerá que são estes os pequenos «cavacos do officio».

Rio de Janeiro, 10-3-1953.

(1) A peça citada por Batalha Reis «B433S», reproduzida no Cat. J. Schulman, 8-4-1911 n.º 1.617, Pl. IV, e que hoje se encontra na colecção do Museu Hist. Nac., Rio, é de origem particular e não foi fundida na Casa da Moeda.